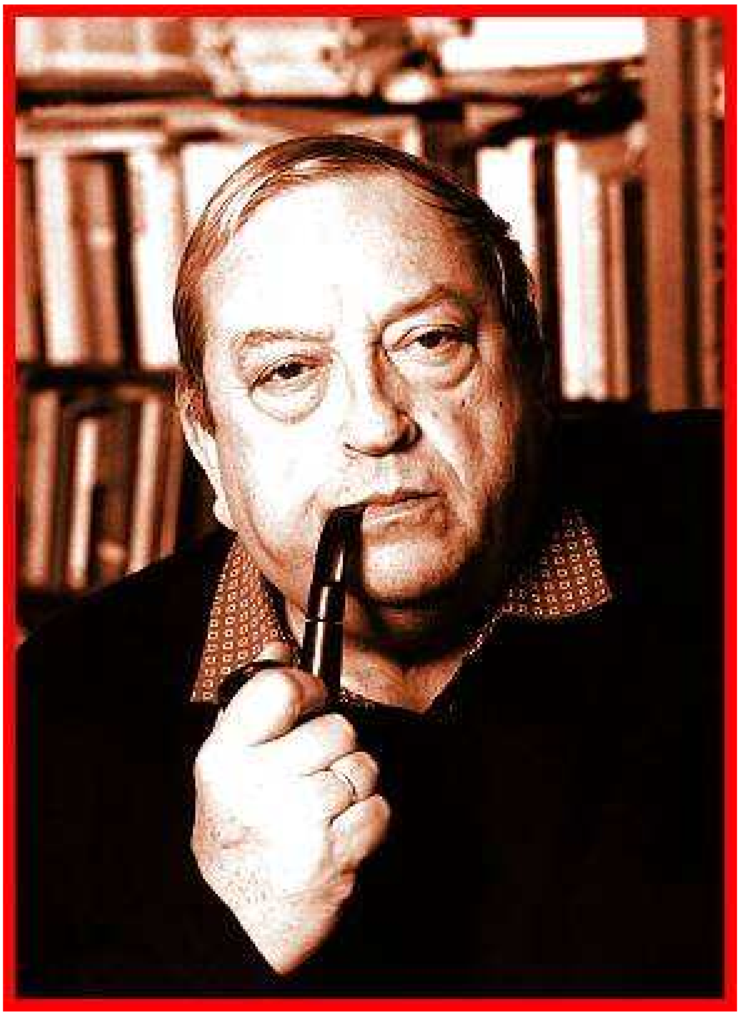
Jacques Le Goff diz ter confiança no século 21

Entrevista a LAURENT THEIS



Le Point/

O historiador Jacques Le Goff, que lança no Brasil seu livro *São Francisco de Assis* pela editora Record, é um dos mais importantes pesquisadores vivos e considerado o maior especialista francês da Idade Média. Como mostra a entrevista abaixo, na qual ele aborda um leque amplo de temas - como a história total, o dever de memória, a Ocupação, a guerra da Argélia - Le Goff é um guia ideal para revisitar o século 20 e encetar o novo milênio.

O sr. nasceu no fim do primeiro quartel do século passado. Desde quando a história ocidental é contada em séculos? O que o sr. acha desse modo de ordenar fatos históricos?

Isso começou no fim do século 16, mas a referência a uma duração de cem anos só tornou-se sistemática no século 19. Até então, o século era considerado mais como um período de duração extremamente longa, apresentando uma particularidade identificável, geralmente associada ao nome de um grande personagem: o século de São Luís, o de Luís XIV. Essa divisão em séculos, ou períodos centenários, constitui um progresso porque ajuda a dominar o tempo e, portanto, a enquadrar o curso da história, mas não corresponde a nenhuma realidade. Georges Duby, que compartilha esta maneira de ver, estabeleceu os anos de 1140 e 1280, na realidade muito significativos, como datas-limites (início e fim) para a sua magnífica obra *Europe des Cathédrales*.

De maneira geral, os historiadores se dividem entre os que se interessam mais pelo fatos e pela mudança e os que preferem insistir na continuidade.

Qual seria seu caso?

Um pouco das duas, naturalmente. Como me ensinaram meus mestres,

principalmente Marc Bloch, e como eu mesmo verifiquei, a história consiste em estudar as mudanças que se produzem no seio da longa duração, cara a Fernand Braudel. Não existe história imóvel e eu afirmo isso com mais força porque fui muito marcado pela etnologia e a antropologia, ciências que se interessam principalmente pelas estruturas, a tal ponto que outrora cheguei a utilizar o conceito - a meu ver absurdo - de "sociedades sem história".

O senhor se instalou na Idade Média há muito tempo, pois sua primeira obra apareceu em 1956. Os homens da Idade Média - denominação cômoda - são para o senhor próximos ou estranhos, muito afastados de nós?

Uma coisa e outra - é preciso dizer sem hesitação que é nesse ponto que me interessam. A reputação que a Idade Média ganhou de algum tempo para cá sem dúvida está relacionada com isso. Essas pessoas que viveram há 800 anos nos são próximas porque muitos traços característicos de nossas sociedades atuais surgiram em sua época. Ao mesmo tempo, quando estudamos de perto os documentos, percebemos que não são nossos contemporâneos, que têm algo de exótico.

Entretanto, o senhor tem amigos entre eles, como Francisco de Assis, e adversários, como Bernardo de Claraval.

É verdade. Na realidade, acho impossível que os historiadores sejam verdadeiramente objetivos. Naturalmente, a história desencadeia paixões. A meu ver, e para utilizar uma fórmula bastante conhecida, história é a vida, com seus amores e seus ódios. Como me considero e me sinto um homem do século 21 e, como o interesse principal do passado que estudo é o de esclarecer o tempo presente, é inevitável que se transporte para lá as paixões e os riscos do momento.

O senhor é muito anticlerical, ou melhor, progressista. Enfim, citadino demais. Ou seja, o contrário do homem medieval. O que diz sobre isso?

Na realidade, esse meu afastamento do campo me aborrece, pois às vezes me pergunto se sou capaz de compreender estas pessoas ligadas quase totalmente à terra. O historiador deve atender às exigências de sua profissão e esforçar-se para compreender condições e pessoas entre as quais ele próprio não gostaria de viver. Mas sua pergunta sugere uma idéia que eu denuncio: Não é absolutamente necessário, por exemplo, ser crente e praticante para falar bem da religião. Muitos e excelentes medievalistas não têm uma simpatia louca pela Igreja e a religião católicas. Pensando bem, às vezes minhas reticências e minha hostilidade se relacionam com certas manifestações do poder eclesiástico e com formas obscurantistas do espirito religioso. Não creio que a Idade Média tenha sido um tempo de obscurantismo.

Quando vejo o impacto das seitas sobre nossos contemporâneos, o número e a condição social e intelectual das pessoas que às escondidas se precipitam em busca de cartomantes e de adivinhadoras da sorte, me pergunto; onde está o obscurantismo? Os homens da Idade Média eram mais sinceros e mais racionais em suas crenças e práticas!

Passemos ao exercício de sua profissão de historiador. O senhor fixou há muito tempo o objetivo ambicioso e talvez ingênuo, da "história total", à maneira de Michelet: captar o homem todo e para isso utilizar todas as ciências sociais. O senhor mantem essa orientação?

É verdade. Inicialmente, eu estava fascinado pela concepção de uma história total que descobri nos *Annales*, uma revista então pioneira, e também ouvindo os mestres que melhor a representavam. Fui efetivamente atraído por Michelet. Depois evoluí, primeiramente por razões práticas: o

historiador não tem os meios materiais e intelectuais para realizar esta história total. E, sobretudo, dei-me conta de que e a história não era isso!

A ressurreição integral do passado é, no mínimo, uma heresia e, na pior das hipóteses, um erro. Portanto, depois de um período de dúvida em relação à história global, inclino-me a voltar à história por outro caminho, o que esbocei, juntamente com meu colega e amigo, Pierre Toubert, num artigo, sob a forma do conceito de "objeto globalizante". A nosso ver, o bom processo consiste em definir um objeto histórico de tal forma que, para tratá-lo com seriedade, a pessoa seja obrigada a levar em consideração e a integrar tudo o que interessa nesse dado momento na vida da sociedade estudada. Creio que meu livro *La Naissance du Purgatoire* é o que ilustra melhor esta concepção.

O aparecimento e a definição desse lugar novo e intermediário do Além, na junção dos séculos 12 e 13, constitui uma virada importante na história da cristandade. Este caso, aparentemente secundário, toca efetivamente não apenas o campo religioso, mas também o intelectual e igualmente o político.

Aí está, no interior da longa duração, um bom exemplo de mutação, mais importante do que os supostos medos do ano 1000.

Embora trabalhando no nível mais elevado da pesquisa, o senhor não se desinteressou pelo ensino, pois é o autor de um manual escolar que apareceu em 1960 e, de 1983 a 1985, presidiu a Comissão para o Ensino da História. O que o aprendeu com isso?

Que rer renovar o ensino e mudar os hábitos não é uma tarefa fácil. Entre os assuntos a tratar, o mais candente era o da cronologia: será preciso que os alunos gravem na memória as datas, e quais datas? A resposta em princípio é para mim tão evidente que ainda fico espantado de que o conflito tenha sido tão virulento. A cronologia é indispensável para levar os

alunos, e também os adultos, a compreenderem a evolução histórica. Como privar-se de instrumentos de medida do tempo? Ora, eu descobri as aberrações que podia produzir a pedagogia tal como tinha sido elaborada em alguns gabinetes. Ao insistir que, para aprender a história, era necessário possuir elementos de cronologia, eu assumi a parte mais militante dos professores.

Por outro lado, não era mais bem visto pelos partidários da cronologia tradicional, simbolizada pelo chamado "1515-Marighan", um evento sem real importância. Não estou certo de que o ensinamento de hoje tenha se libertado dessa alternativa.

O senhor disse: a história deve contribuir para entender o presente. Comemorar tudo o que se pode ver no passado, desde Clóvis até a Revolução, como se faz há uns 20 anos, será a maneira de contribuir para isso?

O problema é delicado. Como historiador, o fenômeno comemorativo me parece positivo. Pierre Nora desenvolveu assim um conceito muito fecundo - o de "lugar de memória". É bom que a comemoração leve os cidadãos a evocar o passado. Mas é grande o perigo de atribuir demasiada importância a fatos que não o merecem e, como estas comemorações frequentemente se tornaram assuntos de Estado, correm o risco de manter ou de reativar paixões nacionalistas.

Parece-lhe oportuno e legítimo reabrir e aprofundar feridas recentes, quer se trate das revoltas de 1917, da Ocupação e, ultimamente, da Guerra da Argélia?

No tocante aos acontecimentos dolorosos, o historiador pode ser tentado a recorrer à psicanálise. Sobre este ponto, aconselho a maior prudência, porque o que pode valer no plano individual, não é diretamente

transportável ao plano coletivo. Contudo, em seu trabalho, o historiador encontra o que chamamos de traumatismos. Sem dúvida, a história, além do estabelecimento de alguns fatos indiscutíveis, é feita sobretudo de interpretações e, portanto, de alguma maneira tolera várias verdades. Mas se o historiador não está animado pelo desejo da verdade como horizonte de sua pesquisa e como virtude moral, a porta fica aberta para todos os excessos.

Ora, a verdade consiste, em particular, em evitar o esquecimento, que em geral é seletivo. Existe portanto um dever de memória, a ser exercido sobretudo em relação àquilo que dói e incomoda. Embora seja descrente, acho que, na falta da psicanálise, pode-se inspirar na religião, que propõe o reconhecimento do erro, a confissão e o perdão. Sou partidário do arrependimento, seguido pelo perdão. Caso contrário, não nos libertamos....

Considero como um progresso o fato de que algumas pessoas ou instituições tenham se arrependido: há 20 anos ainda, seria imaginável que a Igreja católica pedisse perdão pela Inquisição, o antisemitismo e mesmo - o que muito me alegrou - pelas Cruzadas, que na minha opinião, foram um erro e um crime. Isso vale também para a tortura na Argélia, que deve ser denunciada.

As tentativas de apresentar justificativas e paliativos, realizadas por alguns generais são inadmissíveis. Na França de nossos dias não deve haver mais lugar para esses guerreiros brutais. Certamente, teria valido mais a pena tê-los impedido de de fazer o mal na época... Mas os caminhos da história são tortuosos. Os carrascos nazistas, a tortura na Argélia, Pinochet, tudo isso volta diante da consciência. Quanto ao mais, sou muito otimista. Existem hoje coisas que não se podem mais dizer nem fazer. Tenho confiança no século 21.

Seu otimismo é alimentado pelo desenvolvimento da União

Européia? Seu engajamento neste campo é ativo e ligado também a razões familiares: a Polônia é o país de sua família, o senhor estudou em Praga, em Oxford e em Roma... A Europa é uma vitória póstuma de Carlos Magno?

Carlos Magno, prefigurador da Europa, é um fantasma contemporâneo! O imperador olhava para trás, para o Império Romano. A Europa de nossos dias deve olhar para o futuro. Europa federal ou Europa das nações? Se a Europa deve afastar-se dos nacionalismos, deve também ser democrática e a democracia implica em respeito às opiniões de cada um. Ora, os europeus, em sua grande maioria, não parecem dispostos a sacrificar a nação. Os únicos dispostos a isso são pequenos grupos de burocratas, mas que não vivem na realidade. E os que gritam "Europa! Europa!", em sua maioria, não deixam também de pensar nisso. A recente reunião de cúpula em Nice mostrou claramente que, a nível de governantes, as estruturas nacionais são ainda muito fortes. Não me espanto nem me aflijo com isso. Construir uma Europa, mesmo que seja pouco unida, já é uma tarefa enorme e o método que as realidades impõem aos governos - discussões árduas, que avançam a passos pequenos - parece inevitável. Certo "apagamento" das nações - uma coisa em si desejável - é um processo muito lento. O fato de termos chegado ao euro é quase um milagre a meus olhos!

O senhor lamentou o fracasso da noção de progresso no século 20. A religião do progresso não tem os seus perigos?

A crença num progresso contínuo e indefinido e, mais ainda, certa ditadura do progresso e da razão fizeram muito mal. Mas agora sabemos que, para nós, o progresso não é unica, nem mesmo principalmente, de ordem material e tecnológica. Os progressos devem ser políticos e morais, pois o que é progresso para alguns não o é necessariamente para outros.

Posso compreender que a laicização - com a qual me felicito - pode não agradar a todos aqueles que estão legitimamente ligados à tradição religiosa. Mas, em sua totalidade, este século 20, horroroso por tantos lados, foi também um período de progresso.